

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i> Suplentes de Secretário <i>1º Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Licio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA (3)</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Elcio Alvaes - PFL - ES</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Wilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Cados Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sergio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i>
LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antônio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Epitacio Cafeteira</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amim</i>
		LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Odacir Soares</i>
		Atualizada em 13-04-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Rainundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Bacre</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE MAIO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste brasileiro, em virtude da seca que assola a região.

SENADOR EDUARDO SUPILCY, como Líder – Considerações sobre a visita tardia do Presidente da República ao Nordeste e o descaso com que estão sendo tornadas as providências para minimizar os efeitos da seca na região. Críticas à demora na regulamentação do projeto de renda mínima. Registro da visita de Luiz Inácio Lula da Silva às áreas nordestinas atingidas pela seca.

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Comemoração do Dia Internacional da Mulher, transcorrido no dia 30 de abril último. Décimo aniversário do Instituto da Mulher Negra-Geledés. Posicionamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o problema racial no País.

SENADOR ERNANDES AMORIM – Considerações sobre as reformas constitucionais no País. Críticas à aprovação, pelo Senado, da rolagem da dívida do Banco do Estado de Rondônia. Denúncias da promoção, em Rondônia, de oficiais da Polícia Militar participantes da matança de Corumbiara/PA.

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Solenidade a ser realizada no próximo dia 7 de maio, pelo Conselho Nacional da Mulher, em comemoração ao Dia Nacional da Mulher. Aspectos políticos da rebelião indígena no Amapá a partir da escolha do novo administrador regional da Funai para o Oiapoque. Comentários ao artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal *O Globo*, de ontem, intitulado "Os governadores que choram, mas não trabalham". Abordagem sobre o seu trabalho como relator na Comissão de As-

	suntos Sociais, do projeto que dispõe sobre planos e seguros de saúde.	07374
07366	SENADOR BERNARDO CABRAL – Propostas apresentadas pelas lideranças sindicais do Amazonas, em contribuição à questão do desemprego.	07378
07367	SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Reflexão sobre os problemas decorrentes da seca na região Nordeste.	07378
07368	SENADOR EDISON LOBÃO – Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de amenizar o sofrimento do povo nordestino diante da seca que atinge a região.	07380
	1.2.2 – Comunicação da Presidência	
	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	07383
07369	1.3 – ENCERRAMENTO	
	2 – ATO DO PRESIDENTE	
	Nº 25, de 1998.	07385
07370	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
	Nºs 784 a 802, de 1998.	07385
07371	4 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (Em liquidação)	
	Portarias nºs 21 e 22, de 1998.	07398
	5 – MESA DIRETORA	
	6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
	7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
	8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
	9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
	11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	
	12 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998-CN	

Ata da 39^a Sessão Não Deliberativa, em 4 de maio de 1998

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Leomar Quintanilha e Sebastião Rocha.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF) – Sr. Presidente; peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, como Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF). Como Líder, para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, quero, inicialmente, agradecer à Senadora Benedita da Silva e ao Senador Ernandes Amorim, que estão inscritos na pauta, por me concederem o privilégio de uma rápida anotação neste início de trabalho desta semana.

O Presidente Fernando Henrique está hoje em visita ao Nordeste brasileiro. O Nordeste atravessa uma seca sem precedentes na sua história. Os mais experientes e mais estudiosos dessa matéria prevêem que a seca deste ano, infelizmente, será uma das mais duras, uma das mais difíceis já vividas por essa sofrida região brasileira.

A presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso em municípios pequenos, do interior, demonstra uma preocupação do Governo Federal em envidar esforços no sentido de, seguindo o exemplo de solidariedade manifestado pela população brasileira, marcar a sua presença em ações emergenciais que possam minimizar o sofrimento das pessoas, principalmente daquelas que vivem do campo, de pequenas agriculturas, de pequenas áreas e que estão vivendo um momento muito triste pela falta de água. Há cidades de 10, 15, 20 mil habitantes que estão sendo abastecidas apenas pelos carros-pipas e, em algumas delas, esses carros não estão chegando nem para abastecimento de uso doméstico. No campo, o sofrimento é realmente muito grande.

Está claro, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, que essa preocupação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive modificando sua agenda – já hoje em visita ao Ceará, e ainda esta semana irá à Bahia –, ela é pessoal, do Presidente da República, e também do Governo Federal, que se define numa ação emergencial.

Nós, Senadores, devemos, neste momento, ter a preocupação com um desenvolvimento regional mais equilibrado neste País. Neste momento em que a Região Nordeste sofre com uma seca tão dura, é hora de olharmos o futuro e, quem sabe, estabelecermos planos de ação, inclusive já no orçamento que iremos discutir para o ano que vem, para que as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste experimentem níveis mais acelerados de desenvolvimento, se comparados às Regiões Sul e Sudeste.

Não podemos mais conviver com um país que cresce de forma desequilibrada, onde as regiões mais ricas acabam tendo privilégios em detrimento das mais pobres. Eu gostaria, neste momento, Sr. Presidente, de registrar a importância da presença do Presidente da República em atos administrativos, da preocupação de Sua Excelência de checar a chegada dos mantimentos e dos materiais de emergência à Região Nordeste, principalmente ao interior. Quero, inclusive, manifestar minha expectativa pessoal de que o novo presidente da Sudene consiga rapidamente reunir os Governadores do Nordeste, as lideranças políticas daquela região, e todos consigamos envidar esforços para que providências sejam tomadas, no sentido de que a expectativa da chegada de uma grande seca atinja os nordestinos de uma maneira, quem sabe, menos dolorida. Essa tem que ser a preocupação de todos os brasileiros e não poderia fugir ao nosso leque de preocupações aqui, no Senado.

O que me comove, Sr. Presidente, é a solidariedade manifesta das pessoas mais humildes do País. A impressão que tenho é a de que quanto mais humilde mais solidária é a pessoa. É impressionante o sentimento e a solidariedade ao povo nordestino que tenho visto na periferia de Brasília e nas cidades mais pobres. Da Capital Federal, depois de

amanhã, estarão partindo 18 toneladas de alimentos em um avião da FAB – e faço, neste ponto, um agradecimento especial ao Ministro da Aeronáutica – coleados entre pessoas humildes das cidades satélites de Brasília em um esforço suprapartidário para que esses alimentos sejam levados ao interior de Pernambuco, ao sertão, e a algumas cidades que estão realmente sofrendo com a seca, onde já há fome, como a imprensa brasileira vem mostrando. Mas, nesse momento de dificuldades, o povo brasileiro, principalmente o mais humilde, tem demonstrado que é extremamente solidário com os irmãos nordestinos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT, do Bloco da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT-SP). Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra, dada a importância da manifestação do Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, falando da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à região do País atingida pela seca. É importante, aliás, que tenha o Presidente visitado a área da seca, embora o faça com certo atraso, diante da responsabilidade que tem como Chefe de Estado.

Em verdade, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a Embrapa, diversas entidades e, inclusive, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que examinou as consequências do *El Niño* haviam alertado da possibilidade muito grande de haver neste ano, no Nordeste brasileiro, uma seca de grande intensidade, das maiores e mais graves, assim como esse relatório havia dito também que poderiam ocorrer chuvas muito fortes nas diversas regiões que sofrem o flagelo de chuvas muito intensas, sobretudo, nos últimos meses do ano.

Então, estava o Governo Federal sobejamente avisado de que poderia haver uma seca com consequências dramáticas para a vida dos nordestinos: dez milhões de nordestinos estão sendo flagelados, sem quase alternativas para a sua alimentação a não ser, agora, a distribuição de cestas básicas. Obviamente há esse movimento importante de solidariedade ao povo nordestino da parte de pessoas em todo o Brasil. É importante registrar isso.

Sr. Presidente, com o descaso, o que deve acontecer para que medidas efetivas sejam tomadas em tempo? Nesse domingo, viajei de avião ao lado

de um engenheiro que havia trabalhado na Sudene e nas obras contra a seca. Ele se dizia impressionado com o número de diagnósticos realizados que constatam que, embaixo da terra seca do Nordeste, há lençóis de água. Por meio de poços artesianos, outros mecanismos, outros investimentos, com a ajuda da tecnologia, seria perfeitamente possível superar em grande parte esse problema.

Também é importante lembrar que, enquanto candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso disse que apoia a idéia de transpor as águas do rio São Francisco, em 1994. É verdade que o fazia nos Estados do Nordeste onde essa idéia é aceita. Mas, quando vinha para baixo, onde a idéia não é tão aceita – na Bahia, onde o então Governador Antônio Carlos Magalhães não era tão favorável –, sua afirmação já se modificava.

Sr. Presidente, chamo a atenção do Líder Senador José Roberto Arruda para o fato de que já são passados 145 dias desde que foi aprovado o Projeto de Renda Mínima Social da Educação, um projeto tão restrito, mas que se já tivesse sido regulamentado, teria se constituído num instrumento para ajudar famílias flageladas. Por alguma razão – não sei qual –, o Presidente Fernando Henrique não edita os atos regulamentadores dessa lei, em que pese seu art. 10, que diz que, em 60 dias, os atos regulamentadores deverão ser editados.

Outra coincidência importante é a de que Luiz Inácio Lula da Silva resolveu também visitar o Ceará, Pernambuco e as áreas que estão afligidas pela seca. Desde a Caravana da Cidadania, onde o Lula ia, cinco ou dez dias depois, lá estava o candidato Fernando Henrique Cardoso seguindo atrás. Agora, novamente, o Sr. Fernando Henrique antecipa sua viagem para coincidir com a de Lula. Pelo menos está hoje até mesmo seguindo a recomendação feita ontem pelo Governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, com a qual estou de acordo: deveria o Senhor Presidente da República ser ágil, estar junto aos problemas do Brasil e do povo; deveria Sua Excelência ter marcado presença por ocasião das queimadas de Roraima, quando houve aquele extraordinário incêndio naquela área. No entanto, preferiu não visitá-la em tempo, no princípio, quando a situação já era extremamente grave. Agora, ainda que com atraso, pelo menos, Sua Excelência vai ao Nordeste por poucas horas.

Eis o registro que considero importante fazer. Convém tomar providências muito mais enérgicas, de muito maior profundidade, visando evitar as consequências do flagelo da seca, que continuam a ceifar as vidas de tantos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva pelo prazo regimental de vinte minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, comemoramos em 30 de abril o Dia Nacional da Mulher. Essa foi mais uma oportunidade para chamar a atenção das autoridades e da opinião pública sobre as condições das mulheres e sua situação na sociedade, da sua ausência no espaço político, da mulher fora do mercado de trabalho, com salários diferenciados, das mulheres sofridas com a seca do Nordeste, pois pagam mais que os outros porque têm aquela tarefa doméstica e deparam-se de imediato com a seca.

Denunciamos a exclusão da mulher no acesso ao conhecimento, a exploração dessa menina-mulher, seja no mercado da prostituição infantil, seja no uso da sua mão-de-obra no trabalho praticamente escravo.

Aproveitamos a oportunidade para registrar, nesta data, o transcurso do décimo aniversário do Instituto da Mulher Negra – Geledés. Nada mais oportuno que reverenciar a memória das mulheres brasileiras, celebrando a criação de uma organização não-governamental da mais alta importância para o movimento popular brasileiro. Geledés foi criado em 30 de abril de 1988. Essa denominação significa uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso, existente nas sociedades tradicionais africanas, que expressam o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade. O culto Geledés visa apazigar e reverenciar as mães ancestrais para assegurar o equilíbrio do mundo.

Inspirado nessa tradição e na perspectiva de atualizá-la à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, concebeu-se uma organização política de mulheres negras – o Geledés – que tem por missão institucional o combate ao racismo, ao sexism e a valorização e promoção das mulheres negras em particular e da comunidade negra em geral. Enfrenta de frente o problema da marginalização dos jovens negros com programas eficazes de fortalecimento da auto-estima, de formação política e profissional e com projetos culturais de reconhecido sucesso, como é o caso do Projeto Rappers/Programa de Capacitação e Profissionalização. Combate o racismo e a discriminação racial, atendendo a pessoas vítimas dessas práticas sociais, acionando juridicamente empresas e veículos de comunicação flagrados em atos de preconceito e discriminação ra-

cial. Combate o abuso de poder, condenando policiais militares por homicídio, médicos por atos de negligência, atendendo às famílias de presos mortos no massacre do Carandiru, promovendo a indenização de vítimas de racismo e violência sexual.

Na área da saúde, o Geledés luta pelos direitos das vítimas de doenças como a AIDS e promove a formulação de políticas públicas específicas para o atendimento de doenças genéticas ou de maior incidência na população negra.

O seu núcleo de educação e formação política da entidade vem desenvolvendo grandes atividades. Cito algumas delas:

– Sistematizar todo conhecimento e experiência produzidos pelo Geledés em seus dez anos de existência, colocando-os à disposição dos movimentos sociais, por meio de cursos e outras atividades de formação;

– Subsidiar professoras e professores para discussão e o trabalho com relação às questões raciais e de gêneros na instituição escolar, tendo como eixo a discussão do racismo e a escola enquanto espaço sociocultural, onde os sujeitos envolvidos no processo educativo fazem dialogar as suas entidades;

– Problematizar os rituais pedagógicos, conteúdos de livros didáticos e posturas pedagógicas que reproduzem o racismo e a discriminação racial, bem como contribuir para a reprodução de papéis socialmente construídos para mulheres e homens e as várias etnias;

– Contribuir para a construção de novos sujeitos políticos na escola, por meio de fomento das discussões e das necessidades levantadas pelos estudantes, especialmente negros, politizando-as e tentando propor encaminhamentos e soluções para que a escola compreenda a diversidade étnico-cultural em seu interior;

– Estabelecer parcerias com o movimento social no sentido de formar lideranças capazes de fazer os recortes raciais e de gêneros em todas as suas discussões e atividades;

– Contribuir para a produção de conhecimento na área da educação a partir da inserção das categorias raça e gênero, quer através da sistematização e análise crítica da produção já existente, quer através da pesquisa inovadora;

– Convergir toda a ação e acúmulo das diferentes atividades do Núcleo de Educação e Formação Política para subsidiar na assessoria e administração de todos os níveis de formulação de políticas públicas que tenham como eixo de inter-

venção as necessidades educacionais de alunas e alunos negros.

Desencadeando a estratégia de dar visibilidade ao problema racial em nosso País, sensibilizando governos e sociedade para a discussão da exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo, o Geledés tornou-se referência para outras ONGs do Brasil e da América Latina. Nesses dez anos de existência, impulsionou o debate político sobre a necessidade de adoção de políticas públicas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos e levantou o debate sobre a problemática da mulher negra como um aspecto fundamental da temática de gênero em nossa sociedade.

O Geledés comemorou seu aniversário de dez anos com uma semana de debates e eventos culturais que se encerraram no dia de ontem. Foi um momento de júbilo e de avaliação da trajetória percorrida nesta década. Um ciclo foi cumprido, e nele grandes tarefas foram e continuam a ser realizadas, contribuindo para o avanço da discussão racial e de gênero na sociedade brasileira.

Por essas razões, comemoramos, no dia 30 de abril passado, os dez anos significativos de vitórias das grandes batalhas do Instituto da Mulher Negra – Geledés – e o Dia Nacional da Mulher.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu não poderia concluir meu pronunciamento sem antes tecer alguns comentários sobre as idéias expressas na revista *Veja* desta semana, a respeito de como o Presidente da República pensa a questão racial. Discutindo a razão do livro *A Realidade Racial Existente no Brasil*, Sua Excelência faz algumas observações para as quais eu gostaria de chamar a atenção.

Primeiramente, o Presidente não é contrário ao sistema de cotas no Brasil, embora reconheça a dificuldade de sua aplicação, pois a nossa sociedade ainda não conseguiu absorver esse mecanismo como um instrumento não privilegiado ou discriminatório, mas, sim, um meio pelo qual poderíamos diminuir a disparidade existente na questão das oportunidades oferecidas ao povo negro, que é base de sustentação da economia deste País e de formação da sociedade brasileira.

Além disso, Sua Excelência reconhece a existência de discriminação com relação ao negro no acesso a alguns tipos de trabalho. Sabemos que há desemprego em massa no Brasil, atingindo consideravelmente a população negra, mas o Presidente da

República acredita que, pela via educacional, poderíamos ampliar as oportunidades para o negro brasileiro, diminuindo suas dificuldades.

Temos, na Casa, vários projetos tratando dessa questão, mas que encontram dificuldades no Ministério da Educação. Por isso, o debate da questão é extremamente necessário, e o Presidente dá sua contribuição quando trata do tema em seus pronunciamentos. Sua Excelência tomou a iniciativa de constituir um grupo interministerial, hoje coordenado pelo Professor Hélio Santos. Trata-se de um membro da comunidade negra, um intelectual da maior relevância, filiado ao PSDB, que ainda não tinha sido lembrado para ocupar um cargo de destaque. Não houve conchavo da comunidade negra ou outro tipo de pleito, mas foram reconhecidas sua capacidade intelectual e a contribuição que tem dado ao PSDB. Quando se defronta com questionamentos políticos de pessoas que, embora não sejam daquele Partido, estão juntas na comunidade negra, nesses momentos, o Professor Hélio Santos defende o Presidente da República. Gostaríamos muito que ele continuasse a ser reconhecido pela sua capacidade e sobretudo por ser um grande defensor da comunidade negra, entendendo essa pluralidade étnica existente no País.

O Presidente Fernando Henrique diz ainda que os negros começam a ocupar postos diplomáticos. Ainda não tive a oportunidade de sabatinar nenhum negro na Comissão de Relações Exteriores, mas aguardo este momento, porque tenho a certeza de que o Senhor Presidente encontrará, no seu quadro diplomático, homens e mulheres negros capazes, competentes, estudiosos e que poderão representar o Brasil em qualquer país do mundo.

Também o Presidente reconhece a ausência de negros no Congresso Nacional, explicando que, embora haja essa pluralidade étnica brasileira, se alguns sequer sabem que não são brancos, mais difícil ainda é assumirem a sua negritude. Sua Excelência destaca a figura de Zumbi dos Palmares, considerando-o herói da Pátria. E nós observamos que, ainda que o Presidente tenha sancionado o projeto que consagra Zumbi como herói da Pátria, ele ainda não encontrou na comunidade brasileira um espaço destacado para uma reflexão aprofundada da contribuição dada por esse grande herói ao nosso País. Fala apenas dos instrumentos hoje institucionalizados, como é o caso da Fundação Cultural Palmares, para cuja presidência o Presidente da República designou a Sra. Dulce Pereira, intelectual reconhecida no mundo e na comunidade negra, suplente do Se-

nador Eduardo Suplicy. Estimo que ela possa continuar a desenvolver seu trabalho ali, independentemente da sigla partidária, aprofundando aquele conhecimento que imputamos importante, não apenas para a comunidade negra, mas para dar ao Presidente da República, na sua iniciativa no trato dessa questão, um conteúdo que reconhecemos muito balizado por ela, que é uma militante do movimento negro.

Também foi citado Pelé, nosso Ministro. O Presidente ressalta que Pelé é um rei, e até reconhece que, por suas condições, ele se fez conhecido. Reconhece também que Pelé, na medida em que está à frente de um Ministério, beneficia não só o Poder Executivo, mas também todos nós.

Por outro lado, ainda detectamos os elevadores de serviço, e – aí, sim, – não apenas para os negros, mas também para os pobres que ainda persistem no nosso País.

E quero acrescentar que o Senhor Presidente indaga: "isso é verdadeiro?" Sua Excelência afirma que não é da tradição dos partidos de esquerda introduzir nas suas teorias esse tema, porque sempre trabalhamos com uma teoria baseada na questão do capital e do trabalho. Tem razão o nosso sociólogo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não é muito correto dizer que a questão não é considerada pelo Partido dos Trabalhadores, porque isso deve provocar divisões internas. Quero avisar ao Senhor Presidente que são outros os temas que criam divisões internas no Partido. Este, pelo contrário, tem sido um tema muito discutido pelo Partido, e a presença de negros no Congresso Nacional deve-se ao fato de que, no interior do Partido dos Trabalhadores, esse tema foi trabalhado com prioridade e é apresentado como peça chave para disputarmos as eleições em nossos Estados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ) – Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Senadora Benedita da Silva, eu a cumprimento por seu pronunciamento e solidarizo-me com V. Ex^a no elogio ao Instituto Geledés. Gostaria de informá-la de que, na última segunda-feira, estive no Axé Ilê Obá, a convite de Mãe Sílvia de Oxalá, para uma festa pelos dez anos do grupo Geledés. Fiquei muito impressionado com a maneira pela qual os jovens desenvolveram a capaci-

dade de apresentar uma dança simplesmente fantástica, com ritmos afro-brasileiros, que impressionou a todos os presentes. Também sou solidário nos cumprimentos a Dulce Pereira, que, na Presidência da Fundação Palmares, tem desenvolvido um trabalho importante para a afirmação do negro – e da mulher negra – na sociedade brasileira.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero exortar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a seguir. É correto o que Sua Excelência tem feito. Eu já disse ao Presidente – e não temo em repetir, porque tenho certeza de que minhas palavras irão além das paredes do Senado Federal – que Sua Excelência não encontraria oposição em nós, da comunidade negra, de diferentes partidos; seria, talvez, o único momento em que conseguiria unanimidade, para fazer valer esse direito do povo brasileiro.

A exclusão racial leva à exclusão social. Existem mecanismos para garantir igualdade, mas a questão racial é difícil de ser tratada. Ainda que reconheçamos a necessidade de combater o mito da democracia racial, como não é oficializada a discriminação, conforme afirmou o Presidente, não temos instrumentos para combatê-lo. No entanto, Sua Excelência não nega a realidade da sociedade brasileira e a considera um desafio. Esperamos que seu Governo ainda possa promover algumas medidas que consideramos importantes, para dar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira condição de trabalhar essa questão sem preconceito. Que os negros possam aparecer na televisão, na propaganda do governo e em qualquer outro lugar, por sua beleza, capacidade, competência, e não por privilégio.

Quero saudar o Presidente da República por seu pronunciamento e dizer que o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra Brasileira, coordenado pelo Professor Hélio Santos, já constituiu algumas medidas que – acredito – podem ser homologadas pelo Presidente da República no dia 13 de maio, quando estaremos falando da liberdade que ainda não veio para milhares de pessoas neste País, incluindo os negros.

Ao finalizar, Sr. Presidente, lembro a entrevista do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se tornou um grande livro, com centenas de páginas. Chamo a atenção de Sua Excelência para outro aspecto – além da ausência do povo negro no Executi-

vo – que é a ausência da mulher em sua administração.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim, por vinte minutos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, abordarei dois temas; o primeiro diz respeito às reformas. Quando se fala nelas, fala-se também no meu Partido, o PPB, presidido por Paulo Maluf.

O noticiário divulgou que 40 Deputados deixaram de completar o **quorum** para votar matérias referentes às reformas, porque não teriam sido atendidos em suas emendas. Imaginem, Srs. Senadores: todos nós, Parlamentares, temos emendas; muitas foram aprovadas há dois anos, e a maioria não foi cumprida. O Presidente da República não tem honrado, por intermédio do setor competente, os repasses previstos nessas emendas; em consequência disso, 40 Deputados que não receberam seus recursos decidiram impedir a votação das reformas.

O PPB tem 79 Deputados e 7 Senadores. Será que o Governo Federal atenderá esses 40 Deputados em detrimento de 450 Parlamentares? Deixo essa pergunta. Ainda nesta semana, talvez na quarta-feira, conversarei com o Presidente do Partido, Dr. Paulo Maluf, para questionar fatos dessa natureza e compreender as razões pelas quais o Partido está apoiando a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O PPB, pela bancada que possui, se estivesse posicionado em defesa dos interesses do povo, principalmente nas decisões que requerem sacrifício dos brasileiros, já teria mudado muita coisa.

Na semana passada, nesta Casa, foi aprovado, a toque de caixa, um projeto de abertura de crédito para o Banco do Estado de Rondônia – Beron. Em fevereiro de 1995, quando o Governador assumiu o cargo, o banco tinha uma dívida de R\$27 milhões. Naquele momento, o Governo do Estado de Rondônia tornou público que o banco estava quebrado; com isso, mais de 30 mil contas foram fechadas. O que fez o Governo? Solicitou ao Banco Central a intervenção no Beron. Sob a administração do Banco Central, no período de três anos, a dívida de R\$27 milhões aumentou para R\$503 milhões. O povo do Estado de Rondônia não participou desse endividamento, nem foi beneficiado por ele. O banco estava

sob intervenção; portanto, a responsabilidade era do Governo Federal, por meio do Banco Central.

Por covardia, por fraqueza, por irresponsabilidade do Governo do Estado de Rondônia, apoiado pelo nosso colega do Estado de Rondônia – a quem peço, inclusive, escusas por me referir em sua ausência –, Senador Odacir Soares, apresentou, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 243/96, em que estabelecia que o Estado, em hipótese alguma, teria de assumir a dívida contraída durante o período de intervenção federal, porque esse recurso não serviu ao povo de Rondônia.

Esse projeto teve parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mesmo assim, o Senador, de uma hora para outra, mudou o discurso e assumiu a responsabilidade de aprovar o endividamento para o Estado de Rondônia – e isso a toque de caixa.

Os Senadores desta Casa, que não são técnicos na área de finanças, deveriam ter tido mais paciência e analisado corretamente esse endividamento.

Nesse sentido, apresentei requerimentos a esta Casa, solicitando informações, para ter conhecimento da origem de uma dívida de R\$503 milhões, assumida no período de intervenção em um banco estadual.

Nada disso foi respeitado. Em arrumações feitas aqui e acolá, esta Casa aprovou um endividamento para o Estado de Rondônia de R\$503 milhões, a pedido do Senador Odacir Soares, que, meses atrás, era contra o endividamento. Feito um acerto, essa dívida foi aprovada.

Conclusão, Sr^{as}s. e Srs. Senadores: o Estado assumiu uma dívida que vai ser paga em 30 anos, com uma prestação mensal de R\$3.900 milhões.

Imaginem, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, que, com R\$3.900 milhões, o Estado de Rondônia asfaltaria, todo o mês, 40 quilômetros de estrada, construiria dez escolas. Quando naquele Estado faltam escolas, asfalto, segurança, saúde, apoio de modo geral, esta Casa se dá ao luxo de endividá-lo sem sequer perguntar ou saber por quê.

Assim, volto a apelar a esta Casa para que transfira a responsabilidade do Senado pela rolagem de dívidas para a área econômica, para a área financeira. Não conhecemos a questão financeira de cada Estado, tampouco o que acontece no Banco Central ou na área econômica do Governo Federal. Se essa providência tivesse sido tomada, meu Estado estaria livre do pagamento dessa dívida por 30 anos, e meus netos não teriam que pagar pela irres-

ponsabilidade de um Governador e de Diretores do Banco Central.

Ora, Sr. Presidente, nenhum desses Diretores foi punido ainda. Ninguém procurou saber quem levou o dinheiro. Todavia, encarregaram a população do pagamento dessa dívida.

Sou candidato a Governador daquele Estado. Se vitorioso, minha primeira providência será a suspensão do pagamento dessa dívida e a apuração dos verdadeiros responsáveis por ela.

Gostaria de indagar ao Presidente do meu Partido, o Sr. Paulo Maluf, se vale a pena o PPB apoiar o sistema vigente. Vale a pena que eu e os Deputados Federais apoiemos o Governo Fernando Henrique, praticando atos dessa natureza, por meio de sua área econômica?

Tenho denunciando constantemente o Governador de Rondônia por corrupção. O Brasil inteiro sabe que S. Ex^a é corrupto, que comanda uma quadrilha em nosso Estado, que o dinheiro público destinado ao Estado é todo desviado. Mesmo assim, em virtude do apoio à reeleição do Presidente da República, prometeu-se um repasse de R\$50 milhões para esse corrupto, montante cuja origem se desconhece. Será oriundo da CPMF, destinada à saúde; da segurança ou de outras áreas em que se deveriam aplicar os recursos? Como se não bastasse, dos R\$7 milhões do Orçamento, resultantes do acerto da reeleição para Presidente da República, R\$3 milhões foram prometidos por alguém da chefia da Presidência da República para Governador corrupto.

A Justiça pergunta onde estão as provas de que estão gastando esse dinheiro na reeleição de um e de outro? Ninguém enxerga isso. Ninguém quer saber. Mas a Justiça não está procurando punir gastos dessa natureza, porque quer manter a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de todas as denúncias que tenho feito, a Suframa do Estado de Rondônia, devedora, consegue esse dinheiro para as mãos do Governador. Foram repassados quase R\$20 milhões para asfaltar estradas daquele Estado. Imaginem que repassaram cerca de R\$4 milhões de um projeto de asfaltamento com um custo de cerca de R\$300 mil o quilômetro, quando poderia ter sido feito por R\$80 mil. O dinheiro chegou, mas não realizaram 10% do asfaltamento. Será que o dinheiro da Suframa é arrecadado do empresariado ou do povo para ser jogado fora? Será que a Suframa está pensando no Brasil, está pensando na moralidade?

Tudo isso está ocorrendo no Estado de Rondônia porque o Governador de lá pertence ao PMDB. S. Ex^a prende o ladrão de galinha, prende o ladrão que, para comer, saqueou um mercado, mas não prende os ladrões graúdos do PMDB.

O nosso Partido está apoiando o atual Governo, e, a pedido do Partido, tenho votado favoravelmente matérias que o Presidente Fernando Henrique tem encaminhado a esta Casa. Contudo, vou perguntar ao Presidente do Partido, Dr. Paulo Maluf, se não seria melhor o PPB, contando com 79 Deputados Federais e 7 Senadores – que poderiam decidir a eleição de 1998 com qualquer candidato à Presidência da República com outros planos de governo, com outras modalidades de aplicação dos recursos públicos –, se posicionar ao lado de um ou outro candidato ou dizer ao Presidente Fernando Henrique para mudar o perfil dessa Administração e o comportamento de repasse de recursos a corruptos, que iremos continuar apoiando a reeleição de Sua Excelência.

Penso que está faltando diálogo entre o Presidente e os Membros do Partido quanto ao conhecimento da situação, a fim de que não venhamos a colaborar com esse descaso, esses desmandos que grassam no País.

Há pouco, alguém lembrou que o Presidente, com relação ao problema da seca, foi pessoal ao Nordeste verificar a situação. Imaginem, Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique, assim como todos nós, desde o ano passado sabia que o El Niño traria problemas para o Nordeste e para as áreas que sofrem enchentes e que foram destinados recursos para atender a esses problemas. Fui informado de que todos aqueles recursos destinados ao atendimento de problemas decorrentes do El Niño foram gastos na votação da emenda da reeleição. Seria bom que houvesse uma fiscalização pelo Tribunal de Contas da União, com objetivo de descobrir onde se encontram tais recursos. Alguns Deputados, em conversas informais, disseram que pegaram dinheiro para essas votações, dinheiro que seria para a questão do El Niño.

Imaginem, Sr. Senadores, se antes tivesse havido interesse do Governo em resolver esse problema que hoje está afetando o povo do Nordeste, evidentemente que teria aberto poços, e, hoje, aquela população, que está lá passando fome, já estaria produzindo seus próprios alimentos com os recursos que seriam liberados para o atendimento dos problemas decorrentes do El Niño. Mas esses recursos sumiram. São impostos e mais impostos para a população pagar e a população não vê os resultados.

Assim, deixo aqui esse registro. Conversarei com o Presidente do meu Partido, Paulo Maluf, nesta semana, e cobrarei de S. Ex^a este posicionamento.

Tratando ainda de problemas de Rondônia, Srs. Senadores, na semana passada, o jornal **O Globo** publicou uma matéria denunciando o Governador do Estado, que, para abrilhantar a sua administração, promoveu onze oficiais. Quais oficiais? Onze oficiais da Polícia Militar que participaram daquela matança no Estado de Rondônia, em Corumbá. Quer dizer, os onze oficiais que comandaram a matança de cerca de onze pessoas – nove sem-terra e dois policiais –, que o Governo deveria estar procurando tirar das fileiras da PM para assim termos uma PM capacitada, honrada e respeitada, foram promovidos pelo Sr. Governador de Rondônia – esse corrupto de quem estávamos falando há pouco. Talvez tenham sido promovidos por terem matado os sem-terra e causado problemas e transtornos para o nosso País, até mesmo internacionalmente.

Entretanto, até hoje ninguém foi punido. Ao contrário, receberam as benesses desse Governador do PMDB, que tem todas as portas abertas em Brasília para manter a imoralidade no Estado de Rondônia. S. Ex^a está sob a tutela do Presidente Fernando Henrique e, por isso, farei uma solicitação ao Presidente do PPB, Paulo Maluf, para exigir do Presidente Fernando Henrique Cardoso um posicionamento sobre a maneira de administrar este País, para que possamos apoiar ou não a sua administração.

Sr. Presidente, fiz, em síntese, um discurso sobre esse endividamento do Beron no Estado de Rondônia, que acredito ser uma imoralidade. O Senado não deveria ter aprovado esse financiamento – meu Estado nunca conseguiu abertura de crédito de valor algum – para assumir uma dívida de R\$503 milhões, sem o Estado ter sido beneficiado com um centavo. Ao contrário, era o Banco Central que administrava o Banco do Estado de Rondônia, que estava sob intervenção. Se contraiu essa dívida, evidentemente, quem tem de pagá-la é o Governo Federal, o Banco Central – e não o povo do meu Estado.

Por isso, peço que seja transscrito nos Anais desta Casa esse pronunciamento que acabamos de fazer.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. ERNANDES AMORIM:

Em 16 de abril do ano em curso, a toque de caixa, o Senado Federal através da Resolução nº 27, aprovou abertura de Crédito para que o Estado de Rondônia celebre Contrato de Abertura de Crédito com a União, no valor de quinhentos e dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais, valor este de prejuízo do Beron, apurado até 31 de dezembro de 1997, quando referido valor é de responsabilidade do Banco Central, porque registrado no período que o Beron estava sob intervenção do Banco Central.

Para a autorização do Senado Federal, o "carro andou na frente dos bois", pois o Contrato de Abertura de Crédito foi celebrado no dia 12 de fevereiro de 1998 e somente no dia 16 de abril foi que o Banco Central autorizou a celebração do referido Contrato.

Para provar quitação junto ao INSS, o Governador do Estado juntou Certidão fornecida pelo INSS, com cópia do Contrato de Parcelamento de Dívida do Estado com o INSS, cuja está sem o valor expresso da dívida ou seja, em branco.

O Estado de Rondônia irá pagar mensalmente, cerca de três milhões e quinhentos mil reais a título de dívida do Beron, à União, quando a Lei Federal nº 8.135, de 27 de dezembro de 1990, aduz que a responsabilidade pelo passivo do Beron é do Banco Central.

O Banco Central, conforme determina o art. 4º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, somente poderia permanecer no Beron, na condição de interventor, por um período não superior a 1 (um) ano. Porém, permaneceu por mais de 3 (três) anos, causando mais prejuízos ao Beron, ao arreio da Lei.

Não bastase, tramita nesta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, cujo já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, através do qual torna de responsabilidade do Banco Central o passivo das Instituições que venham a sofrer intervenção. Entretanto, esta Casa, estranhamente decidiu, ao contrário do que preceitua o Projeto de Lei de autoria do Senador Odacir Soares, Rondônia e seu povo recebe um presente de grego, uma dívida de mais de meio bilhão de reais.

Conforme aprovação do Senado Federal, os funcionários do Beron podem ficar tranqüilos, pois, através de emenda do Senador José Bianco à Resolução nº 27, que autoriza o Estado de Rondônia a assumir dívida do Beron; alocou recursos da ordem de sessenta e seis milhões de reais, "para atender integralmente os custos do Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário dos funcionários", além de quatorze milhões, cento e quarenta e três mil reais "para fazer face ao passivo trabalhista", que somado as duas verbas, têm-se oitenta milhões, cento e qua-

renta e três mil reais. Dividindo-se este valor, pela quantidade de funcionários do Beron (cerca de 980 – novecentos e oitenta servidores), teremos o valor aproximado de oitenta e um mil reais, para cada um.

Desta má sorte, quem irá pagar a dívida do Beron é o povo do Estado de Rondônia, cujo valor do rombo, em apenas 6 (seis) meses, pulou de 295 milhões de reais, para, quinhentos e dois milhões, quatrocentos e oitenta mil reais.

Esta é a rápida comunicação que eu faço à Casa e ao Povo de Rondônia, e solicito à Mesa que determine a transcrição integral do meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Ernandes Amorim, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, o CNMB – Conselho Nacional de Mulheres do Brasil – promoverá, no próximo dia 7 de maio deste ano, quinta-feira, às 16 horas, no auditório do Centro Cultural do Brasil, da Academia Brasileira de Letras, uma solenidade em comemoração ao Dia Nacional da Mulher, em consonância com a Lei nº 6.791, de 09 de junho de 1980.

Nesta solenidade, serão homenageadas as dez mulheres do ano de 1997, mulheres que muito trabalharam pela integração feminina no processo de desenvolvimento social, político e econômico do País.

Não bastasse a grandeza e importância desse evento, Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, vale a pena destacar a presença de uma Senadora entre as dez homenageadas, a Senadora Emilia Fernandes, do PDT do Rio Grande do Sul, o que nos enche de alegria. Neste momento, quero congratular-me com a Presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, Romy Medeiros da Fonseca, e, logicamente, cumprimentar a Senadora Emilia Fernandes, que muito se destacou no contexto político.

Todos tivemos oportunidade de conhecer a trajetória da Senadora Emilia Fernandes, que saiu da cidade de Santana do Livramento, na fronteira do Brasil com o Uruguai, e elegeu-se Senadora da República pelo Rio Grande do Sul. No Senado, desta-

cou-se, em um primeiro momento, quando da votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, posteriormente, quando dos debates a respeito da CPI dos Precatórios, ocasião em que a Senadora ocupou uma sub-relatoria.

É também com muito prazer e satisfação que vemos a Senadora Emilia Fernandes lançar seu nome como candidata a Governadora do Rio Grande do Sul. Eu, particularmente, estive em Porto Alegre quando da filiação da Senadora ao PDT e pude constatar o seu carisma e todo o apreço do povo riograndense-do-sul, especialmente da militância e dos dirigentes e lideranças do PDT no Estado, pelo trabalho desenvolvido pela Senadora.

Havia um compromisso de coligação, mas com esse processo instalado no Rio de Janeiro, que promoveu um rompimento da aliança entre PDT e PT naquele Estado, o PDT do Rio Grande do Sul decidiu indicar uma candidatura própria ao Governo do Estado: a Senadora Emilia Fernandes, que, tenho a certeza, terá um grande desempenho. Logicamente, os demais candidatos também terão oportunidades de vitória, mas esperamos que o nome da Senadora se consolide definitivamente como uma liderança crescente no seu Estado, projetada nacionalmente.

Quero, aqui, também mencionar o nome das outras mulheres que serão homenageadas no dia 7. São elas: Bertha Becker, na área do Meio Ambiente; Carmem Lucia Sacramento, Movimento Organizado de Mulheres; Daniela Mercury, Artes; Eliane Volchan, Ciência; Emilia Fernandes, como já citei, Política (Senadora); Glorinha Kalil, Moda; Jamilla Barroso M. da Silveira, Odontologia, Maria João Espírito Santo Bustorff, Comunidade Luso-Brasileira; Myriam Dauelsberg, música erudita; e Shigeko Ito, diplomacia no Japão. E a homenagem especial à Dona Lily de Carvalho Marinho, na área da cultura. Nossa homenagem a essas mulheres e a todas as mulheres do Brasil. E faço isso com antecedência, haja vista que deveremos retornar ao assunto, provavelmente no próprio dia 7, para prestar as nossas homenagens à Senadora Emilia Fernandes.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, diz respeito ao Amapá. Nesse Estado nunca tivemos grande crises ou grandes conflitos em áreas indígenas por problemas de terras ou por qualquer outra razão; pelo contrário, sempre tivemos um relacionamento muito pacífico com as lideranças indígenas e todo o povo indígena que habita o Amapá.

No entanto, um fato recente – a nomeação do Administrador Regional da Funai no Município de

Oiapoque – está originando uma rebelião de índios naquele Estado. Lá existem quatro grupos indígenas que habitam 22 aldeias com uma população de 4.600 índios. Uma divergência política entre o Senador Gilvam Borges e o Governador João Alberto Capiberibe está ocasionando essa rebelião, já que o Governador do Estado não concordou com a indicação feita pelo Senador para o cargo de Administrador da Funai. E, logicamente, os índios também estão descontentes com a indicação; o Prefeito de Oiapoque tem origem indígena e, inclusive, está em Brasília buscando soluções para essa rebelião.

Quero dizer que tanto o Senador Gilvam Borges quanto o Governador Capiberibe têm trabalhado em favor da causa indígena, assim como o Senador José Sarney, eu, todos os Parlamentares, e não posso dizer que o Governo esteja agindo de forma diferente. Mas não é correto que por trás disso haja uma questão política em jogo, com possibilidade de manipulação política. Os índios de Oiapoque têm formação política; alguns são vereadores e, além disso, o Prefeito de Oiapoque é de origem indígena; então, eles têm capacidade de decidir. Não estou afirmando que eles estejam sendo manobrados ou manipulados, mas certamente há interesse do Governo do Estado em promover esse movimento que já resultou, inclusive, na destruição de uma ponte que liga Oiapoque ao resto do Estado. O Município de Oiapoque está isolado; veículos de espécie alguma podem chegar lá, a não ser avião, é claro. Isso é preocupante porque, esse acontecimento, além de afetar a comunidade indígena da região, está afetando agora toda a população.

Assim, Sr. Presidente, faço aqui um apelo para que o Dr. Sulivan Silvestre, Presidente da Funai, tome as devidas providências e procure, da maneira mais rápida possível, resolver essa situação. Espero que S. Ex^a determine que alguém de sua confiança se desloque até o Estado do Amapá, até a região do Oiapoque para fazer a negociação; espero, também, que as divergências políticas presentes nessa crise sejam superadas e não prevaleçam, enfim, que seja possível distinguir as divergências políticas dos problemas indígenas.

Como disse, toda a Bancada tem trabalhado em favor da causa indígena. O Governador, da mesma forma, tem colaborado. Naquela área não existe conflito, porque todas as áreas indígenas no Amapá estão devidamente demarcadas; temos uma comunidade indígena pacífica. Essa crise é descabida e desnecessária; é um desgaste para o Estado do Amapá e um problema para o povo do Oiapoque, in-

cluindo a comunidade indígena. O suprimento de combustível está prejudicado, já que a ponte sobre um rio relativamente largo, que não tem condições de ser atravessado, foi queimada. E os índios continuam ameaçando com outras ações no sentido de garantir um nome neutro, de confiança da própria liderança indígena, para o cargo de Administrador Regional da Funai de Oiapoque.

Gostaria, em um primeiro momento, de assumir uma posição de imparcialidade. Não vou defender a ação do Senador Gilvam Borges, nem a do Governador Capiberibe. Devemos buscar uma solução para a crise. A comunidade indígena e o povo do Oiapoque não podem ser prejudicados em função de divergências políticas.

Outro tema que trago ao Plenário, Sr. Presidente, é sobre matéria publicada no jornal *O Globo* de ontem, na página 12-A, assinada pelo jornalista Elio Gaspari. Essa matéria é intitulada: "Os governadores que choram, mas não trabalham", e faz referência ao Reforsus, que é um conjunto de recursos que está à disposição dos Governos estaduais, por meio, logicamente, da coordenação do Ministério da Saúde, para construção e reaparelhamento de hospitais. Trata-se de um montante de aproximadamente R\$365 milhões, recursos do Banco Mundial e do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para garantir a liberação desses recursos, os Estados apresentam projetos e garantem uma contrapartida. E, logicamente, a utilização dos recursos é de responsabilidade dos Governadores acima de tudo.

Alguns Estados tiveram êxito na liberação desses recursos, como Tocantins, que chegou a liberar 100% do que lhe estava destinado. Está de parabéns o Senador Leomar Quintanilha, que preside nossa sessão, por ter liberado 100% dos recursos destinados ao seu Estado. Outros Estados tiveram também um bom desempenho, como Rondônia, Goiás, Pará, São Paulo e Piauí. Mas, infelizmente, o Amapá aparece como penúltimo Estado neste ranking da liberação de recursos com os objetivos mencionados. Dos recursos disponibilizados ao Amapá, que são da ordem de R\$1.210.000,00, apenas 13% – R\$150.000,00 – foram retirados.

É preciso que o Governador do Estado, juntamente com o Secretário de Saúde, encaminhem os projetos e os articulem aqui em Brasília para que o Amapá não saia prejudicado nesse processo, porque, logicamente, se S. Ex^as não apresentarem os projetos, os recursos não serão liberados. E o Amapá já apareceu em duas estatísticas com desempenho pífio, medíocre: na questão dos renais crônicos,

o Estado apareceu como o que mais gasta no controle e tratamento dessa enfermidade, mas tem uma média de óbitos por mil renais crônicos correspondente a três vezes a média dos demais Estados do Brasil; e, recentemente, com relação à classificação do Ministério da Saúde sobre gestão estadual do Sistema Único de Saúde, o Amapá apareceu como penúltimo classificado. Portanto, o desempenho do Governo do Estado do Amapá, o desempenho da Secretaria de Saúde, seja na liberação de recursos, seja no combate às patologias, seja na gestão do Sistema Único de Saúde estadual, tem sido mediocre. Essa coordenação precisa ser revista com urgência para que o Amapá possa garantir melhor qualidade de saúde para seus habitantes.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer algumas palavras a respeito do projeto de planos de saúde que estou relatando na Comissão de Assuntos Sociais. Na quarta-feira passada, tivemos o prazer de receber na Comissão o eminente Ministro José Serra, Senador da República, que, no meu entendimento, prestou importantes esclarecimentos à Comissão, ao Senado Federal e à Nação. O Ministro José Serra foi de uma sinceridade profunda e manifestou, com clareza, seu pensamento pessoal e o pensamento do Governo a respeito desse projeto. Uma autoridade constituída, com trânsito livre no Congresso Nacional, junto ao próprio Presidente da República e dentro da equipe econômica do Governo, colocou com grande clareza o propósito do Governo a respeito deste projeto – e não podia ser diferente. Conhecendo como conhecemos o Senador José Serra, sabíamos que, enquanto Ministro, S. Ex^a viria dizer exatamente aquilo que pensa o Governo a respeito desta matéria. Acredito, ainda, que o Ministro deu algumas contribuições importantes ao debate, inclusive a respeito da possibilidade de uma medida provisória vir a ser editada com a finalidade de se incluir algumas correções, que não podem ser feitas por supressão, no contexto do projeto. Como todos sabemos, praticamente há um consenso em torno de cinco pontos entre este Relator e o Senador Romero Jucá, que representa a Bancada governista na articulação do projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Estes cinco pontos constam do meu parecer e foram acatados pelo Senador Romero Jucá num voto em separado.

O primeiro deles trata da garantia dos medicamentos para uso ambulatorial. Aqui, o grande avanço está na quimioterapia e na própria hemodiálise, que, muitas vezes, utilizam medicamentos como soro e outros, cuja cobertura não estava garantida.

Com esse projeto, certamente, haverá essa garantia, visto que já existe um acordo.

O segundo ponto trata da cobertura de epidemias, no plano referência, que anteriormente era excluída.

O terceiro avalia a supressão do art. 35, que fala sobre licitação, haja vista a existência de uma lei específica sobre o assunto.

Outro ponto ainda que versa sobre direitos dos aposentados, garantindo a estes permanecer no plano empresarial a que pertenciam antes da aposentadoria, desde que passem a contribuir com a parcela que era de responsabilidade do empregador. No particular, havia uma limitação de prazo para que o aposentado pudesse permanecer em seu plano, mas, com a supressão de um dispositivo, foi possível garantir aos aposentados permanecerem, definitivamente, no mesmo plano pelo qual vinham sendo atendidos através da empresa.

Outro item: direito à garantia de cobertura para despesas de acompanhantes, independentemente de idade. Havia uma limitação, pois o acompanhante só teria direito à cobertura de suas despesas se o doente tivesse menos de 18 anos. Logicamente, a necessidade de haver um acompanhante não está vinculada apenas à idade do doente, mas também à gravidade da patologia. Um paciente em estado grave, em coma, por exemplo, precisa de um acompanhante; daí se justificar essa correção também.

Depois de ouvir com atenção o Ministro José Serra e de crer que S. Ex^a está sensível a alguns dos pontos que tenho debatido com muita ênfase e em relação aos quais tenho tentado, com muita determinação, garantir em defesa dos consumidores, percebendo mesmo que havia disposição de parte de S. Ex^a em concordar com alguns aspectos de meu parecer, propus mais quatro pontos que pudessem fazer parte de um acordo, com o compromisso deste Relator de abrir mão dos demais pontos que dizem respeito aos interesses do Governo e das operadoras.

Assim, propus o fim da carência de três dias para urgência e emergência. Tal carência é absurda e injustificável. A título de exemplo: se eu fizer, com a Seguradora Bradesco, um seguro de vida e um seguro-saúde e, ao sair da Seguradora, vier a sofrer um acidente e falecer, os meus dependentes serão beneficiados com o prêmio do seguro de vida; contudo, se eu entrar em coma em decorrência do acidente e precisar estar na UTI de um hospital, o seguro-saúde não dará cobertura. Isto é injusto e inconcebível. A alegação das empresas operadoras é de que

há fraudes, de que iremos estimular os corretores de porta de hospital em busca dos acidentados para fazer os contratos com os familiares para beneficiar os pacientes.

Sr. Presidente, a meu juízo, quem tem de fiscalizar, controlar e punir os seus corretores pelas fraudes são a operadoras, as seguradoras, as cooperativas, as empresas de planos e seguros de saúde. Não são os consumidores, os usuários que teriam de pagar por isso; daí a injustiça.

Estou na expectativa, esperançoso de que o Ministro José Serra e a Bancada governista no Senado concordem com essa afirmação e que possamos eliminar do projeto essa excrescência, qual seja, a carência de três dias para urgência e emergência.

O segundo ponto é referente ao fim da exigência de dez anos de contribuição para os maiores de 60 anos serem eximidos do reajuste por faixa etária. O projeto prevê que o reajuste por faixa etária é permitido. Têm de constar do contrato inicial tanto a faixa etária – em que haverá o reajuste – como o percentual do reajuste.

Para os maiores de 60 anos, diz-se que não poderá haver reajuste, mas faz uma ressalva: "desde que o consumidor tenha mais de 10 anos de contribuição". Isto também é injusto! Se se ingressar no plano ou no seguro com 55 ou 58 anos, já se entrará na faixa dos que estão com essa idade, ou seja, vai-se pagar o mesmo que os outros estão pagando, já se vai entrar no pico, no ápice da tabela. Então, não se justifica aumentar o valor depois de 60 anos. Acima dos 60 anos, a tabela tem de ser isonômica, equitativa, independente do tempo de contribuição. Sei que os planos e as seguradoras alegam o cálculo atuarial porque um já contribui há mais tempo e o outro há menos, mas isso não é justo.

Espero também obter o apoio da Bancada governista e do Ministro da Saúde para que possamos fazer o acordo. Como disse, estou abrindo mão de pontos importantes para o Governo, como, por exemplo, o capital estrangeiro, os planos mínimos, sobre os quais emiti parecer contrário e tenho a convicção de que não são bons para o consumidor, mas, se é para avançarmos um pouco, aceito. Tenho dito que direito se conquista a conta-gotas. Não pensem os consumidores ou as entidades que defendem os usuários que se vai conquistar tudo de uma única vez. Vamos conquistar o que for possível agora e, mais à frente, vamos avançar. Também abro mão da tabela de resarcimento. Quer dizer, todos os pontos que são de interesse do Governo, que são cruciais para o Governo, para o controle do Go-

verno estão garantidos no projeto, contando com parecer favorável. É preciso, assim, que o Governo e as operadoras também abram mão de pontos importantes para os usuários, a fim de que se possa estabelecer o chamado equilíbrio ou, pelo menos, que possamos chegar perto deste equilíbrio. No meu entendimento, a balança ainda vai ficar pendendo para o lado das operadoras.

Antes de conceder aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, gostaria de concluir os dois pontos finais da proposta de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Lembro a V. Ex^a. que seu tempo está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Muito obrigado pela informação, pois eu não tinha controle do tempo.

Cobertura da alta complexidade no plano hospitalar. Como disse, os quatro planos mínimos seriam mantidos: o ambulatorial, o hospitalar, o odontológico e o obstétrico, como querem o Governo e as operadoras, sob a alegação de que isso vai desonerar o SUS, evitando que muitos usuários o busquem, por não poderem pagar os seus planos de saúde.

Convém salientar que o plano hospitalar, além de ser um plano mínimo, vem sem a essência no seu contexto, pois não cobre o câncer, a AIDS e as cirurgias cardiovasculares e neurológicas. Então, ter-se-á um plano dando cobertura da AIDS; outro, do câncer. Todavia, o usuário, ao fazer o contrato, não tem como distinguir, não tem como prever se vai contrair esta ou aquela doença. Portanto, isso também não é possível. Se é necessário que tenhamos um plano, que o tenhamos completo.

O último ponto se refere à cobertura de transplantes, órteses e próteses no plano referência. Já que vai haver os planos mínimos, que possamos fazer a opção por um dos planos mínimos ou pela unificação, pela junção do plano ambulatorial com o hospitalar, ou pelo plano referência, que é mais global. Segundo as seguradoras, este plano ficará em torno de R\$100,00, com direito a transplantes, órteses e próteses. Tal quantia pode ser paga por uma camada significativa da população. Então, esse plano seria opcional para quem tem um pouco mais de recursos e pode pagar.

É essa a proposta do Relator que, provavelmente, irá à votação na quarta-feira. Peço o apoio e a compreensão dos Senadores e do Governo para esses pontos que acabei de enumerar.

Sr. Presidente, com sua anuência, gostaria de ouvir o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT-SP) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Sebastião Rocha, pela maneira com que tem se dedicado ao estudo do projeto de lei referente aos planos de saúde, a iniciativa que V. Ex^a teve de promover audiências públicas. Cumprimento também o Senador Ademir Andrade, por acolher as diversas sugestões como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ouvindo todos os segmentos que acompanham com o maior interesse esse assunto – usuários, consumidores, entidades preocupadas com o desrespeito aos usuários dos planos de saúde, entidades médicas e até mesmo entidades responsáveis pela organização desses planos de saúde, Governo. As audiências culminaram, na última semana, em depoimento do Ministro da Saúde, José Serra.

Em todos esses momentos, sou testemunha da maneira como V. Ex^a procurou esmiuçar o projeto de lei. Conforme salientou ao final da exposição do Ministro José Serra, V. Ex^a propôs uma alternativa de procedimento que, no meu entender, é de bom senso, com respeito a quem realmente estudou o assunto e resolveu ressaltar os pontos que, no seu entender, como relator, são imprescindíveis para proteger minimamente os usuários dos planos de saúde.

Cumprimento V. Ex^a e espero que o Ministro José Serra compreenda a posição sugerida por V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu aparte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, para uma breve comunicação. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, pretendo ocupar esta tribuna amanhã para trazer, de forma mais circunstanciada, o que pode se chamar de uma contribuição da Força Sindical no meu Estado, do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, ligado à CUT, e do Presidente dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Amazonas.

O Presidente da Força Sindical, Carlos Lacerda, dirigiu-me um expediente que demonstra que o País pode caminhar, desde que a análise seja feita em termos construtivos e que se possa dispensar ao assunto não uma emoção, mas uma razão. E qual é o assunto, Sr. Presidente? É o de-

semprego que grassa no País afora. E o que é curioso e paradoxal é que, enquanto a seca no Nordeste assola o País com o espectro da fome, no meu Estado, onde a quantidade de água é exuberante, nem por isso deixa de haver o mesmo problema do desemprego.

O que pretendem essas lideranças sindicais é irmos a uma audiência – se eu puder estar presente, e, senão, aprazar esta audiência – com o Ministro Paulo Paiva, que, embora sendo hoje do Planejamento, foi do Trabalho. O Ministro, consequentemente, poderá juntar, com a experiência de ontem e o seu trabalho de hoje, uma matéria que contribuirá para esse problema seriíssimo que é o desemprego.

Todos sabemos que convulsão social, geralmente, tem como ponto de partida uma premissa lá atrás, na fome, no desemprego, na injustiça social, que sabemos como começa, mas jamais como termina.

Por isso mesmo, quero voltar à tribuna, depois de acertar esta audiência com o Ministro Paulo Paiva – que não se encontra em Brasília, daí a razão de a audiência não ter sido devidamente aprazada –, para trazer ao conhecimento dos Senadores como líderes sindicais podem trabalhar sem apresentarem escândalo, sem descambarem para a baderna. Assim, reservo-me, Sr. Presidente, tão logo esta audiência seja concluída, para não revelar os números, os índices, a contribuição, antes de o Ministro Paulo Paiva tomar conhecimento.

Agradeço a V. Ex^a a concessão do tempo regimental para que pudesse fazer essa comunicação.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Leomar Quintanilha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sebastião Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Concedo a palavra ao eminente Senador Leomar Quintanilha. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer agora pequenas reflexões a respeito da seca do Nordeste, já que a situação calamitosa que se abate sobre essa importante região do País e que tem provocado uma profunda preocupação não só nos membros do Executivo, mas em todos os membros desta Casa e da Câmara dos Deputados, não é uma questão nova nem in-

sitada. Aliás, a seca que se abate sobre o Nordeste, neste ano de 1998, os recursos tecnológicos e meteorológicos puderam prevê-la com determinado acerto. Ela foi anunciada e avisada, a exemplo do que já ocorreu em outros períodos cíclicos anteriores. Mas é com tristeza e profundo pesar que verificamos que nenhuma atitude preventiva – quer por parte das instituições, quer por parte de qualquer segmento organizado da sociedade – foi providenciada de modo a impedir seus efeitos nefastos e tão perniciosos.

Não tem cabimento, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que, no final do século XX, o Brasil, num processo de desenvolvimento avançado e com as condições edafoclimáticas privilegiadas que tem, já sinalizando para um futuro próximo como uma das mais importantes e poderosas nações do mundo, ainda tenha abrigadas, no seu seio, levas e levas de irmãos nossos, anônimos, padecendo de fome. É uma agressão à dignidade do homem que nós, enquanto seres humanos, não podemos admitir sem que qualquer providência seja tomada. O nordestino, principalmente o anônimo, o roto e o faminto está encravado e o homem encravado é capaz de tudo. A desobediência civil, os saques, a violência faz-nos entender que talvez seja a alternativa que alguns dos nossos irmãos nordestinos têm encontrado para mitigar sua fome e a de seus familiares.

Entendo que o homem possa resistir a tantas tentações enquanto ele pessoalmente passe fome, mas não sei quais serão as consequências e, quem pode medir a consequência do pai que vê seu filho chorando de fome, do pai que vê seu filho sofrendo com fome. Daí, os atos insanos, os saques, os assaltos, a violência, o assalto e o assassinato são meras consequências de um comportamento que já não é mais movido pelo raciocínio, mas é o encravamento por essa situação em que vivemos hoje de uma brutal concentração de rendas; muito dinheiro nas mãos de uns poucos e quase nenhum nas mãos de muitos; pessoas nas distâncias homéricas das desigualdades regionais e que estamos a assistir pasmos, estupefatos. No mundo moderno como o de hoje, com o avanço que temos nos meios de comunicação, a capacidade de produção e a tecnologia, essa situação não poderia estar acontecendo aqui no nosso Brasil, aqui no nosso território. Os armazéns da Conab, os armazéns do Governo Federal, estão abarrotados de elementos que, em última instância, são dessa própria sociedade, desses que es-

tão pedindo pelo amor de Deus que na sua mesa haja algo para mitigar a fome dos seus filhos.

Associo-me à preocupação dos nobres parlamentares, nossos companheiros nordestinos que estão sofrendo na pele essa situação. Entendo que o problema não é meramente institucional, na verdade não é um problema só das instituições públicas – do Poder Executivo, do Governo, dos Estados, das Prefeituras: é um problema de toda a sociedade. É preciso que haja realmente solidariedade humana, como já estamos vendo pelas manifestações isoladas em algumas regiões do País e também aqui em Brasília. É preciso que todos nós tomemos como responsabilidade nossa essa catástrofe que toma conta do Nordeste. As dificuldades e distorções estruturais que estamos vivenciando em nosso País são extremamente absurdas. Enquanto alguns passam fome, presenciamos uma estrutura econômica que está praticamente expulsando o produtor da atividade rural. A agricultura vem passando por dificuldades como há muito não se ouvia falar. Há um grande número de produtores que engrossam as fileiras daqueles que promovem o êxodo, que abandonam o campo, que vêm para as cidades, porque já não há condição equilibrada de se produzir.

É por isso que o Brasil já é hoje campeão, desde o ano passado, na importação de arroz, um produto básico, primário e que está sempre presente nas refeições daqueles que podem prover a sua mesa de algum alimento. Nós importamos no ano passado um milhão e setecentas mil toneladas, precisaremos importar dois milhões de toneladas de arroz, para atender a nossa demanda, uma vez que a nossa produção estagnou-se na casa de algo em torno de dez milhões de toneladas, a despeito do esforço dos diversos ministros da agricultura. O nosso colega Arlindo Porto, homem competente, sensível, conhedor dos problemas que a agricultura enfrenta, em razão do esvaziamento do Ministério, das dificuldades que a área econômica impõe com reflexos na ação do Ministério da Agricultura tolhendo a sua capacidade de ação no sentido de oferecer ao nosso País um programa agrícola efetivo a curto, médio e longo prazo, que possa aumentar a capacidade de produção tendo em vista as condições extraordinárias que o Brasil possui. Temos, agora, o novo Ministro da Agricultura, ex-Presidente da Conab, que fez naquela instituição um dos mais belos e eficientes trabalhos que um administrador público pode fazer, e espero que tenha ele mais sucesso à frente do Ministério da Agricultura e possa realmente conseguir,

já para o ano que vem, elevar a nossa produção para 100 milhões de toneladas e caminhar, num crescendo gradativo, até que possamos produzir 150 milhões de toneladas e saciar a fome dos brasileiros. E que possa o Brasil contribuir, de forma mais efetiva, para o combate à fome que também assola outros lares no mundo.

Não é possível, Sr. Presidente, não podemos aceitar inertes essa situação que se abate sobre o Nordeste. É preciso recorrer imediatamente às instituições públicas, ao Poder Executivo, esvaziar os seus galpões e levar a comida à mesa do trabalhador; acionar a sociedade civil organizada, a fim de que todos tenhamos consciência do problema para não permitirmos que essa situação aviltante, degradante, tenha continuidade.

Espero que o exemplo que a seca do Nordeste está nos dando sirva para que nós, enquanto cidadãos brasileiros, possamos compreender que uma nação se faz com a ação de todos os seus membros; que cada homem e cada mulher têm a sua responsabilidade no processo e devem dar a sua contribuição, a sua participação, para que situações calamitosas e degradantes como essas não voltem a acontecer.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, desafortunadamente, o tema a que me proponho a abordar é o mesmo: a seca que se abate sobre o Nordeste brasileiro, causando vítimas em grande escala, legiões de famintos.

Fui Governador do Estado do Maranhão e durante aquele período houve uma dessas cíclicas secas que tanto infelicitam o povo nordestino. Agi como governador, prontamente, no sentido de socorrer as populações do interior do meu Estado. Bati às portas do Governo Federal àquela ocasião, onde recebi alguma ajuda escassa. Mas fiz com que os recursos do Estado fossem canalizados para minorar, se não resolver, o sofrimento daquela gente.

O nordestino é como o judeu: errante no seu sofrimento e nas suas angústias. Parece-me que sobre ele se abate uma crise não apenas cíclica mas bíblica, pois é um sofrimento que nunca se acaba. No episódio atual, os jornais todos falam, aqui da tri-

buna os senadores e deputados, ainda há pouco o senador que me antecedeu, o Senador Leomar Quintanilha, chamava a atenção para o fato de que esta crise fora prevista com mais de um ano de antecedência.

Ora, Sr. Presidente, um ano de antecedência! Perdoe-me o Governo Federal, que tem o meu apoio nas duas Casas do Congresso. Deveria o Governo Federal, desde o ano passado, estar tomando providências no sentido não de impedir a seca, porque isso seria impossível, mas de tomar as providências necessárias para socorrer os nossos irmãos desvalidos do interior deste País, e não o fez. Desgraçadamente, não o fez. Agora, temos dez milhões de brasileiros, mais que o dobro da população do meu Estado, por exemplo, sem ter o que comer, na mais triste e dolorosa carga de sofrimento.

Sr. Presidente, a revista *Veja* desta semana enfoca na sua capa a fome no Nordeste. Esta é a afirmativa de um cearense de seis anos referindo-se ao seu sofrimento em relação à seca: "Ainda bem que não tenho de comer calango".

O *Correio Braziliense* diz:

"Dez milhões sofrem com a seca que era esperada. Uma tragédia anunciada há quase um ano por pesquisadores e especialistas do Brasil e do Exterior está ameaçando a sobrevivência de dez milhões de pessoas. Parece até o holocausto.

A vigésima sexta seca deste século, que atinge nove Estados e 70% das cidades do Nordeste, foi prevista publicamente em junho de 1997. Mesmo assim, os Governos Federal, Estaduais e Municipais não tomaram precauções ou providências para evitar a fome e o sofrimento dos nordestinos."

No *Jornal de Brasília*: "Interesses eleitorais atrasam socorro a esfomeados da seca." Interesses eleitorais! Mas como, numa hora como esta de angústia, ainda se pode falar em defender interesses eleitorais? O que se tem que defender é a vida das pessoas, dos famintos nordestinos, nossos irmãos!

No *Jornal de Brasília* de hoje: "O Presidente da República decide ver de perto a tragédia da seca." Afinal, o Presidente da República decide conhecer pessoalmente o sofrimento desses irmãos nossos, os nordestinos.

Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, até mesmo o meu Estado, o Maranhão, que não é um

Estado afeito a secas, está mergulhado agora nessa estiagem.

Devo lembrar aqui, de tal modo, a prática dos anos que se passaram era no sentido de que levas de retirantes cearenses, pernambucanos, rio-grandenses-do-norte e outros demandando ao Maranhão, fugindo da seca, que no Maranhão resolvemos criar uma área de um milhão de hectares. Um milhão de hectares! Essa área cedemos à Sudene e ao Banco do Nordeste para formar ali um grande assentamento de retirantes e fazer com que esses irmãos nossos, nordestinos, pudessem ter um lugar onde plantar sua lavoura e fugir a esse sacrifício bíblico a que me referi ainda há pouco.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB-TO) – Nobre Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Ouvirei V. Ex^a com todo prazer, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB-TO) – Nobre Senador Edison Lobão, estamos abordando, num mesmo instante, um mesmo tema, tratando de um mesmo problema, quando V. Ex^a lembra que o seu privilegiado Estado – graças a Deus – também está sofrendo os efeitos da seca. Gostaria de comentar com V. Ex^a, rapidamente, sem interromper o brilho de sua alocução, que o Estado do Tocantins tem muito a ver com o Nordeste, pois foi desmembrado do território goiano. Eram duas regiões distintas: o sul do Tocantins foi praticamente ocupado por paulistas e mineiros e o norte foi ocupado principalmente por nordestinos, muitos deles seus conterrâneos maranhenses, além de nordestinos de outros Estados tangidos pelas dificuldades e agruras da seca ao longo de anos a fio, que se transferiram para o território tocantinense porque encontraram ali uma forma de se resguardar desse sofrimento árduo e perverso que é a fome e a seca. Portanto, comungo com um sentimento muito forte de quem, como um nordestino, está sentindo na própria pele a intensidade dessa dor e desse problema, a gravidade do momento. Tenho certeza, nobre Senador, de que esse apelo haverá de ser ouvido pelo Brasil inteiro, porque tenho convicção de que este não pode ser um problema meramente institucional. O Nordeste já foi solidário com a Região Sul quando esta foi afetada pelas enchentes. É hora de os irmãos ricos, de os Estados que não estão sofrendo esse problema, manifestarem sua solidariedade e procurarem ajudar, atender as famílias que estão vendo esvair-se de seu meio vidas de crianças e entes queridos. Gostaria de registrar que o Tocantins é solidário com as dificuldades que o Nordeste está enfrentando.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Recolho com prazer e alegria a solidariedade que uma vez mais V. Ex^a traz ao Nordeste, referindo-se ao seu Estado que hoje recebe grandes levas, grandes contingentes de nordestinos tangidos pelas dificuldades que sobre eles se abatem.

V. Ex^a lembra de raspão uma questão a respeito da qual precisamos também refletir neste momento de dor e angústia. Quando acontece uma infelicidade na Região Sul do País – e não queremos que qualquer infelicidade acometa o Sul do País –, como, por exemplo, as enchentes que de tempos em tempos sacodem as estruturas econômicas de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, há sempre um socorro presente do Governo Federal, e até do exterior, buscando debelar as dificuldades que ali surgem. Isso tem acontecido sempre. O Governo Federal encontra meios e modos para socorrer, com rapidez, o Sul do País, no que procede muito bem, mas não consegue meios e modos de socorrer os nordestinos quando a infelicidade bate à nossa porta. É contra isso que me levanto, é contra isso que trago aqui meu protesto! Não posso aceitar que o Governo se mostre incapaz de socorrer com rapidez os nordestinos famintos, dez milhões largados pelos socavões do imenso território brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, que fizeram a Sudene e o Banco do Nordeste com um milhão de hectares que o Maranhão lhes entregou para constituir a colônia e socorrer esses nordestinos? Nada fizeram. Ficaram com essas tantas terras do Maranhão, que acabaram sendo devolvidas ou entregues precipitadamente a algumas pessoas sem qualquer organização.

A impressão que fica é que tudo que diz respeito ao Nordeste é tratado com menoscabo, com interesses sub-reptícios para que não se resolvam mesmo tais questões. Aí estão os armazéns do Governo ainda cheios de mercadorias, porque o Governo muitas vezes as recebe em pagamento a empréstimos tomados junto ao Banco do Brasil. Por que não entregar essas mercadorias, se não há outras, ao Exército, à Força Aérea e à Marinha, incumbindo-os de distribuí-los com seriedade e retidão aos nordestinos brasileiros? Não há tarefa mais fácil que esta, mas as coisas não acontecem.

A seca prevista com um ano de antecedência aí está sem que nada tivesse sido feito para resolver o problema.

Sr. Presidente, recebi uma carta dramática do Deputado Estadual Carlos Alberto Milhomem, dando

conta de que, no Estado do Maranhão – que como eu disse não é um Estado afeito às secas –, entre 227 Municípios, 136 deles, ou seja, 60% dos Municípios estão mergulhados na seca. Isso não é uma contradição?

Diz o Deputado, ao final do seu ofício: "A fome ronda as famílias maranhenses, e essas só têm a apelar para a classe política e para Deus." Com isso ele quer dizer que o Poder Público, o Executivo Central não está tomando as devidas providências.

São atingidos, no Maranhão, 146 Municípios constantes da relação que tenho em mãos, e que peço a V. Ex^a façam parte do meu pronunciamento, na íntegra.

Vejam V. Ex^as quantos Municípios do Maranhão são afetados agora também por essa dramática situação, que tanto infelicitá nossos irmãos nordestinos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna basicamente para fazer um apelo ao Senhor Presidente da República e às autoridades do Poder Executivo: entreguem os alimentos aos Prefeitos, porque eles saberão o que fazer com eles, atendendo às suas populações, ou então entreguem-nos às Forças Armadas, ou então encontrem outro mecanismo. O que não é possível é o imobilismo que hoje está como que a manietar todo o Governo Federal no que diz respeito ao socorro a essas faixas da população brasileira.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT-AP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT-AP) – Senador Edison Lobão, quero associar-me às preocupações e aos apelos de V. Ex^a, bem como aos do eminente Senador Leomar Quintanilha. Sou solidário ao povo nordestino neste momento difícil. Não conheço a tragédia da seca no Nordeste, mas sou oriundo de uma família que migrou do Nordeste exatamente em função das agruras da seca. Nasci na Amazônia, filho de uma família de migrantes, e vejo que V. Ex^a está se utilizando de muita coragem, de muita determinação e de muita responsabilidade – tanto V. Ex^a como o Senador Leomar Quintanilha e os Senadores que apóiam o Governo nesta Casa, mas que jamais poderiam negar seu apoio e até oferecer ao Governo essas palavras que, se não são de apoio, são de apelo pelo fato de o Governo estar pelo menos atrasado na tomada de medidas que resolvam o problema da

seca e a previnam para os próximos anos, já que esse fenômeno repete-se anualmente. Neste ano parece-me ser mais dramático, em função do El Niño, que foi totalmente previsto. Houve inclusive uma Comissão aqui, e parece-me que o Relator, o então Senador e atual Ministro Waldeck Ornelas, pôde prever que a repercussão desse fenômeno com relação ao Nordeste produziria uma seca terrível em 1998. Portanto, de fato o Governo está atrasado, está em débito, e é lamentável que haja matérias do tipo da que V. Ex^a mostrou na capa da Veja, que também tive a oportunidade de ler, que nos deixam extremamente entristecidos. Entretanto, essa tristeza e o imobilismo têm que ser superados em favor de soluções que venham a mitigar, se não vierem a resolver esse grave problema. Li recentemente em um jornal que uma obra importante no rio São Francisco tem o valor de R\$4 milhões. Ora, R\$4 milhões para o Governo brasileiro resolver uma parcela do problema da seca não poderão ser um obstáculo para uma obra como essa, com a dimensão social que tem e com esse pequeno custo, considerado o Orçamento da União. Então, julgo que falta mesmo é determinação e vontade política para ajudar a minorar esse problema. Muito obrigado, Senador Edison Lobão, e parabéns pela sua coragem e pela sua determinação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Amazônia, V. Ex^a também traz aqui a sua solidariedade aos seus irmãos do Nordeste, já que confessa ser descendente de um nordestino.

Eminente Senador, essas angústias sacodem profundamente a alma de quem é nordestino. Convivo com a minha gente e sei o quanto ela sofre nesses momentos de crise. Por isso, não posso aceitar esse imobilismo gritante, que não nos deixa dormir à noite. O Governo Federal não pode continuar nessa situação. Ainda que não houvesse o abastecimento nos armazéns do Governo – mas existe –, trataríamos de importar alimentos.

Recentemente, ouvi aqui um discurso do Senador Ronaldo Cunha Lima a respeito da transposição das águas do rio São Francisco, obra que custaria aproximadamente R\$1bilhão. É pouco? Não, não é pouco, mas também não é uma quantia exagerada a ponto de não ser realizada para servir ao povo nordestino brasileiro. O Senador dizia quantos e quantos benefícios haveria, quantas e quantas tragédias seriam evitadas se pudéssemos transpor as águas do rio São Francisco para outras regiões do Nordeste brasileiro. No entanto, o Governo Federal mostrase surdo a tudo isso, embora extremamente atento a

outras questões do Sul do País, como a crise dos banqueiros.

Não podemos silenciar-nos diante da fome, da miséria e do caos que se abatem sobre o Nordeste brasileiro neste momento. Deixamos aqui, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, o nosso mais profundo apelo, pessoalmente ao Presidente da República e aos seus Ministros, para que prontamente tomem uma providência. O tempo perdido foi precioso, mas, pelo menos a partir de agora, que alguma coisa seja feita para resolver definitivamente essa crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUN-
CIAMENTO:**

**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

INDICAÇÃO Nº 798

Senhor Presidente,

Solicito que Vossa Excelência, ouvindo o Plenário, encaminhe expediente ao Superintendente da Sudene e ao Senador Edison Lobão, solicitando gestões **urgentes** junto aos Municípios a seguir relacionados, com vista a diagnóstico imediato dos prejuízos causados pela "seca verde" e providência para atendimento de nossos humildes lavradores.

A fome ronda as famílias maranhenses e estas só tem a apelar para classe política e a Deus.

Afonso Cunha – Água Doce – Aldeias Altas – Alto Alegre do Maranhão – Alto Paráíba – Amarante do Maranhão – Anapurus – Araioses – Arame – Balsas – Barão de Grajau – Barra do Corda – Bela Vista do Maranhão – Belágua – Benedito Leite – Bernardo do Mearim – Bom Jesus das Selvas – Bom Lugar – Brejo de Areia – Brejo – Buriti Bravo – Buriti – Buriticupu – Buritirana – Campestre do Maranhão – Cantanhede – Capinzal do Norte – Carolina – Caxias – Chapadinha – Cidelândia – Codó – Coelho Neto – Colinas – Coroatá – Davinópolis – Dom Pedro – Duque Bacelar – Esperantinópolis – Estreito – Feira Nova do Maranhão – Fernando Falcão – Formosa da Serra Negra – Fortaleza dos Nogueiras Fortuna – Gonçalves Dias – Governador Archer – Governador Edison Lobão – Governador Eugenio Barros – Governador Luís Rocha – Graça Aranha – Grajaú – Igarapé Grande – Imperatriz – Itaipava do Grajaú – Itapecurú-Mirim – Itinga do Maranhão – Jatobá – Jenipapo dos Vieras – João Lisboa – Joselandia – Lago da Pedra – Lago do Junco – Lago dos Rodrigues – Lago Verde – Lagoa do Mato – Lagoa Grande do Maranhão – Lajeado Novo – Lima Campos – Loreto – Magalhães de Almeida – Marajá do Sena – Mata Roma – Matões do Norte – Matões – Milagres do Maranhão – Mirador – Montes Altos – Nina Rodrigues – Nova Colinas – Nova Iorque – Nova Olinda do Maranhão – Olho D'Água das Cunhãs – Paraibano – Parnarama – Passagem Franca – Pastos Bons – Paulino Neves – Paulo Ramos – Pedreiras – Peritó – Pio XII – Pirapemas – Porção de Pedras – Porto Franco – Presidente Dutra – Presidente Vargas – Riachão – Ribamar Fiquene – Sambaíba – Santa Filomena – Santa Luzia – Santa Quitéria – Santana do Maranhão – Santo Antonio dos Lopes – São Benedito do Rio Preto – São Bernardo – São Domingos do Azeitão – São Domingos do

Maranhão – São Francisco do Maranhão – São João do Paraíso – São João do Soter – São dos Patos – São José dos Basílios – São Luís Gonzaga – São Mateus – São Pedro da Água Branca – São Pedro dos Crentes – São Raimundo das Mangabeiras – São Raimundo do Doca Bezerra – São Roberto – Senador La Roque – Sítio Novo – Sucupira do Norte – Sucupira do Riachão – Tasso Fragoso – Timbiras – Timon – Trizidela do Vale – Tuntum – Tu-toia – Urbano Santos – Vargem Grande – Vila Nova dos Martírios – Vitorino Freire – Zé Doca.

Sala das Sessões Palácio "Manoel Bequimão", 29 de abril de 1998. – **Carlos Alberto Milhomem**, Deputado Estadual.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Sebastião Rocha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e Senhores Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 1996**

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 788, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que apresenta, com voto contrário do Senador Josaphat Marinho, abstenções dos Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara, e voto em separado do Senador José Eduardo Dutra.

– 2 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 1996**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Magalhães, que altera a redação dos §§

1º e 2º do art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório), tendo

Parecer, sob nº 93, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romualdo Tuma, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, e pela prejudicialidade da Proposta da Emenda à Constituição nº 24, de 1997, que tramita em conjunto, com abstenção do Senador Josaphat Marinho.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1997

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1996)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1997, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 143 da Constituição Federal (serviço civil obrigatório).

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1997

Segundo dia discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, tendo como 1º signatário o Senador Pedro Simon, que altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (cálculo do Fundo Social de Emergência), tendo

Parecer sob nº 787, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com abstenção do Senador Pedro Simon.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 1995

Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal (aplicação do ICMS), tendo

Parecer favorável, sob nº 205, de 1998, de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Esperidião Amin.

– 6 –

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 1991

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 273, de

1991 (nº 3.190/92, naquela Casa), de autoria da Senadora Marluce Pinto, que transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 606, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco.

– 7 –

REQUERIMENTO Nº 196, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 196, de 1998, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1993, de autoria do Senador Iram Saraiva, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas.

– 8 –

REQUERIMENTO Nº 197, DE 1998

Votação, em turno único, do Requerimento nº 197, de 1998, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1993, de autoria do Senador Iram Saraiva, que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas.

– 9 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1993 (apresentado como conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 376/92 – CPI da Previdência Privada), que altera a Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 165, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Lúcio Alcântara, pelo arquivamento, uma vez que a matéria já perdeu sua oportunidade, tendo sido superada por outras mais abrangentes.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

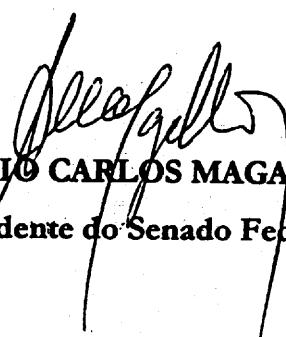
(OS. Nº 12701/98)

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 25, DE 1998

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, **RESOLVE** designar **ARTHUR CASTILHO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

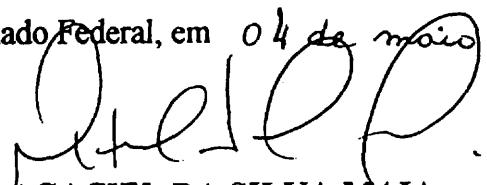
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 784, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 005.875/98-6,

R E S O L V E exonerar **LUCIA HELENA PINHEIRO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5724, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, e nomeá-la, na forma do

disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998

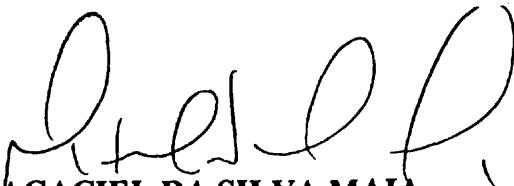

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 785, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.876/98-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JÚLIO CESAR BORGES DE RESENDE**, matrícula nº 5814, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 786, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.879/98-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TATYANA SOUZA FURTADO FUSCO PESSOA**, matrícula nº 5663, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador José Agripino Maia.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

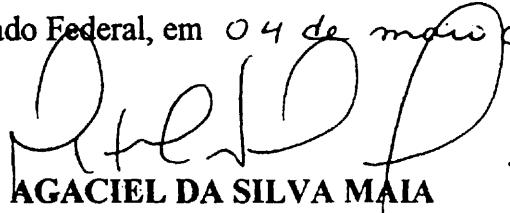
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 787, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.878/98-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANO RODRIGO DE**

LIMA PETERS para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino Maia.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 788, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.816/98-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANGELO JOSÉ DE SOUZA RANGEL**, matrícula nº 5669, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Wellington Roberto, a partir de 28 de abril de 1998.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA

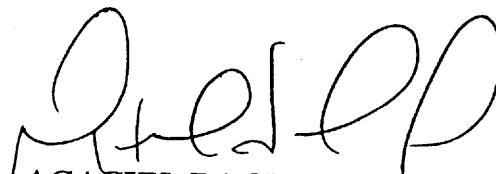
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 789, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.815/98-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA COUTINHO**, matrícula nº 5652, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Wellington Roberto, a partir de 28 de abril de 1998.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 790, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.817/98-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTINHO**

LEAL CAMPOS, matrícula nº 5254, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Wellington Roberto, a partir de 28 de abril de 1998.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 791, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.818/98-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NEWTON ARAÚJO SILVA**, matrícula nº 5566, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Wellington Roberto, a partir de 28 de abril de 1998.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



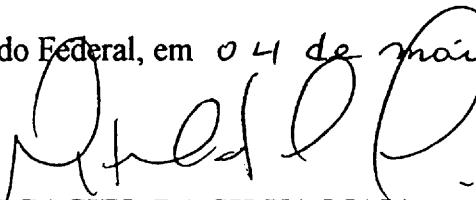
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 792, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 005.814/98-7,

R E S O L V E exonerar **JOSÉ CARLOS DA ROCHA**, matrícula nº 5571, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Nabor Júnior, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

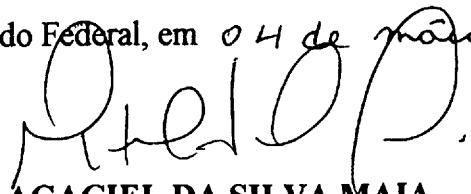
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 793, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.809/98-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DÉBORA SILVA**

FIGUEIREDO ROBERTO para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nabor Júnior.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998

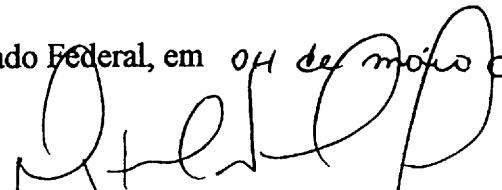

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 794, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.811/98-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ROGÉRIO VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998

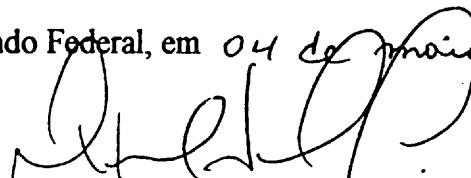

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 795, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.820/98-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA APARECIDA SILVA FIGUEIREDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

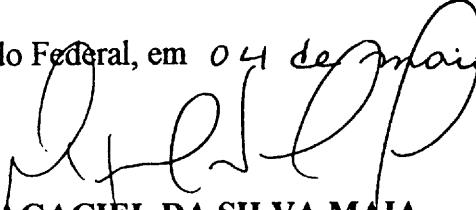
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 796, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.813/98-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLEVANILDO BRITO DE**

SOUZA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998

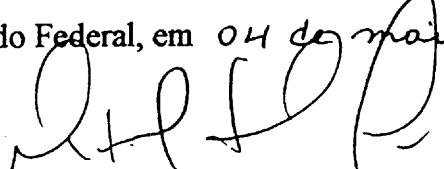

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 797, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.812/98-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEOPOLDO WAGNER ANDRADE DA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Roberto.

Senado Federal, em 04 de maio de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 798, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

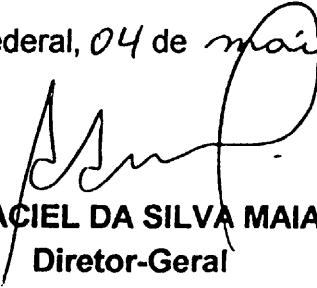
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLÉBER JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 1297-SEEP e LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 027/98, celebrado entre o Senado Federal e MÓVEIS GERMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO HOTÉIS E TURISMO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 04 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 799, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

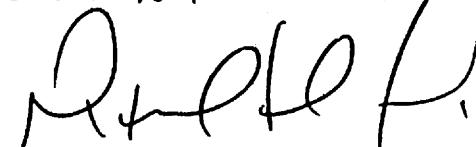
Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 1383-SEEP, e CLÉBER JOSÉ RIBEIRO,

matrícula nº 1297-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 029/98, celebrado entre o Senado Federal e MAINLINE MÓVEIS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 04 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 800, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997.

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO FRAGA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga existente no Gabinete Pessoal do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



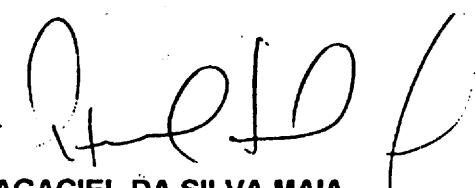
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 801, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997.

RESOLVE dispensar, na forma do disposto no art. 35 combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARTHUR CASTILHO NETO**, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete Pessoal do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Senado Federal, 4 de maio de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 802, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLÉBER JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 1297-SEEP, e VICENTE FERREIRA WANDERLEY JÚNIOR, matrícula nº 1885-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, da Permissão de Uso nº 005/98, celebrado entre o Senado Federal e BANCO DO BRASIL S/A.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 04 de maio de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Em liquidação)

PORTARIA Nº 021/98

O LIQUIDANTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (em liquidação), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 9.506/97 e Resolução nº 001/97-CN,

R E S O L V E:

Desligar da função de Auxiliar Técnico, o servidor **JOSE APARECIDA CAMPOS**, Analista Legislativo, Matrícula nº 2949, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, à disposição do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC, designando-o para exercer a função de Assessor Técnico-IPC-II, a partir desta data.

Brasília, 16 de abril de 1998.


OSMÁRIO LUCIANO MARTINS
Liquidante

PORTARIA Nº 022/98

O LIQUIDANTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (em liquidação), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 9.506/97 e Resolução nº 001/97-CN,

R E S O L V E:

Desligar da função de Auxiliar Administrativo “C”, o servidor **MOACI GOMES DE SOUSA**, Analista Legislativo, Matrícula nº 2959, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, à disposição do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS - IPC, designando-o para exercer a função de Auxiliar Técnico, em vaga do servidor José Aparecida Campos, em razão de ter assumido a função de Assessor Técnico, a partir desta data.

Brasília, 16 de abril de 1998.


OSMÁRIO LUCIANO MARTINS
Liquidante

1970-1971

REVIEW OF THE LITERATURE ON THE USE OF COMPUTER

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Petes
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
VAGO (1)		5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINKO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VAGO (2)		8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO Maldaner	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/03	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PJB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

(1) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255**

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 **FAX: 311-4344**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 30/04/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
VAGO (2)	
	9-VAGO
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAM BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
IRIS REZENDE	GO-2032/33
	8-VAGO
PSDB	
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
OSMAR DIAS	PR-2124/25
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16
	5-JEFFERSON PERES
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
	4-ROBERTO FREIRE - PPS
PPB	
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76
	1-EPITACIO CAFETERIA
	2-ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/3219
	1-VAGO

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO (1)	

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO
---------------	--------------	--------

(1) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS**SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612****SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541****FAX: 311-4315**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PFL	
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
ROMEU TUMA	SP-2050/57
EDISON LOBÃO	MA-2311/46
1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
7-VAGO (2)	
8-VAGO	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO	7-VAGO
1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
BENI VERAS	CE-3242/43
1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30
1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
4-VAGO	
PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB	
ODACIR SOARES	RO-3218/19
1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 30/04/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSE SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

VAGO		1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
------	--	-----------------	------------

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6- GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO (3)	
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (4)			
VAGO			

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO (2)			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPILCY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(4) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 16/04/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

**(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A
UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)**

TITULARES	SUPLENTES		
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPILY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PRB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES:

SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -
PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5807
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COÊLHO	PE	5444			
PAULO GOUVÉA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLONDI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SÁ	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

TITULARES**SUPLENTES****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÁCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

PHILEMON RODRIGUES	MG	5226	JOSÉ BORBA	PR	
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			5616
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	
				5901	

PL

PEDRO CANEDO	GO	5611
--------------	----	------

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP 2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC 4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231		
JÚLIO CAMPOS	MT	4064		
ROMERO JUCÁ	RR	2111		
EDISON LOBÃO	MA	2311		

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN 2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC 2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441		
MARLUCE PINTO	RR	1101		
NEY SUASSUNA	PB	4345		
JOSÉ SAAD	GO	3149		

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS 2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061		
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301		

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA 2101
VALADARES				
EDUARDO SUPLICY	SP	3213		
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241		

PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO 2071
-----------------	----	------	--------------------	---------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19
---------------	----	---------

Atualizado em 04/03/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS (1)	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETARIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 13/04/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de
morte do poeta Cruz e Sousa.
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Esperidião Amin
Senador Abdias Nascimento
Deputado Paulo Gouveia
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:			
Quantidade solicitada:			

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4** ou **recibo de depósito via FAX (061) 2245450**, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS